

A Argentina na crônica brasileira, 1890-1910

João Paulo Coelho de Souza Rodrigues *

Em uma série de crônicas de 1876, Machado de Assis comentava a expectativa sentida na cidade do Rio de Janeiro pela premente chegada da companhia italiana Ferrari. Música era um assunto recorrente em sua obra jornalística, assim como era popular a vinda de companhias de ópera européias. Um comentário feito em primeiro de agosto, contudo, merece destaque.

Hoje posso espeitorar meia dúzia de bernardices sem que o leitor dê por elas. (...) Suas orelhas andam de molho, reservam-se para as grandes e belas vozes que estão prestes a chegar do Rio da Prata. Antes de ir mais longe, convém advertir que o fato de nos virem as celebridades líricas do Rio da Prata é um fenômeno que, em 1850, seria puramente milagre; mas que hoje, mediante os progressos do dia, parece a coisa mais natural do mundo.¹

À primeira vista, a passagem, que serve de preâmbulo para comentários mais detidos sobre a febre por cantores líricos italianos no Rio de Janeiro, se refere ao progresso tecnológico da época. Há a sugestão de que a viagem entre Buenos Aires e a Corte seria então mais rápida e confortável do que fora no quarto de século anterior. Mas há também um outro sentido, certamente logo percebido pelo leitor contemporâneo à crônica. O “fenômeno” era a naturalidade com que se viajava de uma cidade a outra.

Ainda que marginal no desenvolvimento geral do texto, o comentário guarda um significado histórico importante; afinal, o narrador machadiano está se referindo ao fim de uma era em que a relação entre os governos da Argentina e do Brasil oscilava da antipatia à inimizade. A fácil e recorrente viagem de um país a outro² atesta não só essa mudança, mas o grande impacto que ela teve na cultura letrada brasileira do final do século XIX.

A década de 1880 é um momento de rápidas transformações. “Não há dúvida que os relógios, depois da morte de [Francisco Solano] López, andam muito mais depressa”,³ dizia Machado de Assis. Na Argentina o Estado nacional consolidou-se, e o país dava mostras de estabilização política, depois de décadas de guerras civis, ditaduras, e levantes armados de

caudilhos como Facundo Quiroga e López Jordán, entre outros. No Brasil, a vida política se agita com a chamada “questão servil” e com o movimento republicano. A Guerra da Tríplice Aliança representa uma inflexão na relação entre os dois países. Até então, os enfrentamentos eram recorrentes, indo da guerra de 1825-1828 às intervenções nas guerras civis uruguaias – em que cada um apoiava um lado distinto das contendidas.

Simultaneamente, os dois países iniciavam o primeiro ciclo de prosperidade econômica após as independências. Seus produtos agropecuários ganhavam inserção no mercado mundial, enriquecendo grandes donos de terras e gerando divisas que foram investidas em programas de urbanização e de modernização de portos e ferrovias, servindo também ao pagamento da dívida externa. Mas o cenário argentino se destacou mais do que o brasileiro. O PIB *per capita* girou em torno de três mil dólares (valores de 1990) na Argentina, entre 1900 e 1920, enquanto ficou abaixo de mil no Brasil, no mesmo período. A taxa de analfabetismo baixou de 50% para 30% da população Argentina nestes anos, ao mesmo tempo em que se mantinha por volta de 65% no Brasil.⁴ Entre 1870 e 1914 o comércio exterior argentino cresceu a mais do que o dobro do brasileiro em pontos percentuais. A época de ouro da economia da república platina ocorreu entre 1890 e 1920, enquanto o maior crescimento brasileiro se deu após a virada do século.⁵ Embora ambos países tenham tido crescimento e superávit da mesma ordem, baseados em um ou dois produtos primários no mercado externo, a Argentina se tornou proporcionalmente mais rica, pois seus ganhos se deram com uma população de apenas 1,7 milhões de pessoas em 1869 e de 8,8 milhões em 1920, contra uma população brasileira de 10 milhões em 1872 e de 27 milhões quarenta e oito anos depois.

Portanto, é compreensível que para as elites políticas argentinas o momento pós-1880 tenha se configurado como de confiança no futuro e do seu papel na condução dos negócios nacionais. A divisa de “paz e administração” (ou sua variante “ordem e paz”) se tornou quase unânime.⁶

Embora o panorama pareça similar, a cronologia e o conteúdo diferem no Brasil. Os anos 80 foram politicamente agitados, mas sem irrupções de violência. A ordem institucional, estável desde a década de 50, foi respeitada até a ruptura de 1889. O país entrou então num período de sucessivas crises. Os primeiros governos republicanos enfrentaram movimentos militares, pressão das ruas, e levantes sociais, além do Encilhamento, que gerou inflação e aguda crise monetária. Somente com a passagem da Presidência de Prudente de Moraes a Campos Salles é que o panorama pareceu se estabilizar, iniciando-se um ciclo de governos civis regulares calcados no acordo entre as elites de São Paulo e de Minas Gerais, sem, contudo, a exclusão de elementos provenientes dos grupos dominantes de outros estados. É bem verdade que isto não impediu crises locais, como a chamada “política das salvações” de Hermes da Fonseca, uma série de intervenções militares do governo federal na Bahia, no Ceará, em Alagoas e em Pernambuco (1911-12). Soma-se a isto as fortes demonstrações de descontentamento popular, como a Revolta da Vacina (1904), a Revolta da Chibata (1910), e o Contestado (1912-1916).

A crise política brasileira da década de 80 foi fruto, entre outros, da falta de consenso intra-elite sobre a melhor resolução do problema da escravidão. Feita a Abolição, as classes dirigentes se defrontaram com o problema de superar o paradigma das relações sociais paternalistas, tendo que criar novas formas de controle da mão-de-obra, bem como uma ideologia do trabalho que desse conta de transformar antigos escravos em homens e mulheres assalariados. Já na Argentina, não havia discordâncias entre as oligarquias regionais ou no seio da elite política sobre a solução dos problemas sociais, que, aliás, só depois da virada do século se tornou um dos centros dos debates da vida pública.⁷

Mas como os intelectuais brasileiros viam o panorama do país vizinho? Um breve apanhado da imprensa brasileira do período atesta que havia um acompanhamento constante.

O próprio Machado de Assis, que na década de 1870 utilizara a política argentina, com seus caudilhos e revoltas militares como símbolo do atraso latino-americano frente ao Brasil,⁸

entra nos anos 90 com outra visão. Machado dedica um texto completo a apreciar o progresso da nação platina. Para ele, notar a mudança nos costumes políticos servia também para o Brasil, na medida em que o que se via na república do sul era a ordem constitucional respeitada da mesma forma que no Império. A referência para isso era o encontro fugaz de Machado, em 1868, com Domingo Sarmiento, quando este aportara no Rio de Janeiro, a caminho da sua posse em Buenos Aires como Presidente da República, em substituição a Bartolomeu Mitre.

Com efeito, uma nação abafada pelo despotismo, sangrada pelas revoluções, na qual o poder não decorria mais que da força vencedora e da vontade pessoal, apresentava este espetáculo interessante: um general patriota, que alguns anos antes, após uma revolução e uma batalha decisiva, fora elevado ao poder e fundara a liberdade constitucional,⁹ ia entregar tranqüilamente as rédeas do Estado, não a outro general triunfante, depois de nova revolução, mas a um simples legista, ausente da pátria, eleito livremente por seus concidadãos.

A posse de Sarmiento representa o primeiro passo de uma importante mudança, não só para a Argentina, mas também para a relação dos dois países.

Agora, no dia em que os argentinos celebram a sua festa constitucional, lembro-me daqueles tempos, e comparo-os com estes, quando, em vez de soldados que os vão auxiliar a derrotar uma tirania odiosa,¹⁰ mandamos-lhe uma simples comissão de jornalistas, uma embaixada da opinião à opinião; tão confiados que somos de que não há entre nós melhor campo de combate. Oxalá caminhem sempre o Império e a República, de mãos dadas, prósperos e amigos.¹¹

Esta imagem positiva da democracia platina ressurgia ainda mais forte na pena de Leôncio Correia, vinte anos depois, que a classificava como a mais desenvolvida entre a dos países hispano-americanos.¹²

O contraste entre as décadas anteriores e as posteriores a 1880 podem ter sido o principal motivo para os intelectuais e políticos brasileiros se manifestarem sobre a Argentina, muito provavelmente para expressar sua boa impressão, aproveitando, com isso, para criticar aspectos da vida política e cultural brasileira. Rui Barbosa, por exemplo, na ocasião da visita, em 1899, do presidente Julio Roca, irmana as duas nações num mesmo ideal histórico de liberdade.

Há cerca de cinqüenta anos, que os três grandes momentos da nossa existência nacional nos acham sempre juntos: a luta contra Rosas, a guerra do Paraguai, a abolição do cativeiro. Nos dois primeiros as duas famílias confundiram os sangues nos mesmos campos de batalha. No terceiro confundiram as almas no mesmo ideal. O termo da noite da escravidão negra entre nós não teve alvorada mais festiva no Brasil que no Rio da Prata. O amplexo de 1899 coroa dignamente agora as três alianças libertadoras de 1852, 1865 e 1888.¹³

Contudo, o autor ataca a falta de inserção popular da República no Brasil, o que contrastava com o exemplo do país do importante visitante. O mote é a bandeira nacional, nascida nas jornadas de lutas pela independência, em vez de debates de cúpula entre facções políticas rivais.

Eis aí como se faz uma bandeira, que não é astronômica, nem filosófica, nem erudita, mas que é bela, mas que é viva, mas que é nacional. Nasceu divinamente dos fatos e das coisas, das sublimidades da criação e do ideal vivo, como as grandes ações e os grandes poemas.¹⁴

Como político que tentava voltar às esferas do poder, e como homem preocupado em se mostrar cosmopolita, o tom diplomático era o mais apropriado ao famoso jurista. Mesmo assim, as passagens não deixam de ser significativas para se avaliar o peso de uma possível mudança de postura em relação à Argentina.

Numa abordagem inicial, nota-se que ela pode ter passado a ser vista como o exemplo a ser seguido. O próprio personagem ao qual acabamos de nos referir escolheu como um dos principais temas de seus artigos no jornal *A Imprensa*, durante 1899. Barbosa elogiava a condução soberana da renegociação da dívida externa (17 de maio; 22 e 26 de junho), a presteza na defesa de seus interesses econômicos (4 de junho), e o cuidado dispensado às forças armadas (19, 20 e 28 de maio; 5 e 23 de junho) – tudo em contraste com o Brasil. Talvez resuma a admiração (ou inveja) sentida pelo publicista outra comparação, em passagem ainda mais carregada de sentidos por vir de um republicano histórico, membro do Governo Provisório de 89:

Bem mudados estão os tempos. A nação, contra cujo monarquismo o célebre publicista [Juan Bautista Alberdi] fulminava, em 1865, essas invectivas e essas profecias, ensaia hoje a perpetuação da sua integridade sob um sistema que a esfacela. (...) Mas, com a decadência precoce da nova democracia entre nós coincidiu, na situação da brilhante república platina, o alvorecer de uma fase radiosa e, paralelamente ao progresso da sua riqueza, o assomar de um patriotismo ardente, impetuoso, marcial.¹⁵

A acreditar-se em Lima Barreto, o sentimento de inferioridade e de necessidade de seguir os passos da Argentina dominava o meio intelectual e a vida pública brasileira, sobretudo carioca. Acérrimo crítico da maioria dos escritores laureados da sua época e da reurbanização

da Capital Federal, Barreto parece indicar a força dessa impressão. Comentando o impacto do “Bota-abaixo” iniciado em 1903, o literato acusava os adeptos deste tipo de modernização de desfigurarem a cidade de seus aspectos típicos e históricos em prol da mera imitação de uma cidade que não condizia com o contexto brasileiro. A derrubada de edifícios e de sobrados coloniais era um crime contra o passado.

É que eles estavam convencidos da sua fealdade, da necessidade do seu desaparecimento, para que o Rio se aproximasse mais de Buenos Aires. A capital da Argentina não nos deixa dormir. Há conventos de fachada lisa e monótona nas suas avenidas? Não. Então esse casarão deve ir abaixo.¹⁶

Seguindo outra linha de sua verve crítica, o autor do *Policarpo Quaresma*, também acusava o racismo inerente a esta europeização de fachada.

A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas. A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos.¹⁷

E efetivamente não devem ter sido poucas as expressões de admiração com o progresso argentino. Tomás Lopes, em série de artigos sobre Buenos Aires para a revista ilustrada mais elegante do Rio de Janeiro da primeira década do novo século, confessava: “nós seguimos o louvável exemplo que veio de Buenos Aires, porque foram os Argentinos que inauguraram essa reação, que abriram essa época de progresso, beleza, higiene e conforto na América do Sul”¹⁸. Ainda que tentasse relativizar as diferenças entre as duas Capitais Federais, em que cada cidade se adequava à situação de momento e à história de seu respectivo país, Lopes não esconde sua admiração, comparando tudo o que vê, e em alguns casos encontrando superioridades na “rainha do Prata”, com a capital das capitais: Paris.¹⁹

A noção de que o Brasil não tinha percorrido o caminho do progresso com a constância e a firmeza da república do Prata parece ter sido bem difundido entre os intelectuais brasileiros no início do século XX. Antônio Torres, por exemplo, ridicularizava o medo propagado na imprensa, durante a Grande Guerra, de que a Alemanha viesse a estimular uma revolta entre

os colonos alemães dos estados do sul, afirmando que os germânicos “irão de preferência para a República Argentina, onde, unidos com os italianos, continuarão a fazer o grande progresso daquele país, no qual não há Reis positivistas e comendadores humanitários”²⁰.

O que uma incursão inicial por estas fontes revela de imediato é que comentar sobre a Argentina era refletir sobre o Brasil. E que estes comentários não eram poucos. Temas como o avanço econômico, a força militar, a europeização e a estabilidade política do país vizinho só ganhavam sentido num viés comparativo, fosse ele declarado ou não. Discutia-se desta forma os rumos do Brasil e qual a nação que estaria se formando aqui. O pequeno apanhado coletado até agora, permite notar que a impressão sobre a Argentina entre 1890 e 1920 tinha muito significado para a visão sobre o próprio Brasil. Vê-se que várias eram as posturas dos cronistas, o que revela diferentes agendas políticas e concepções de identidade nacional entre eles. Surgia, finalmente, uma imagem de um vizinho mais desenvolvido, mais seguro de si, sem os complexos de inferioridade como os que acometiam o Brasil e seus intelectuais, vizinho que, afinal, chegava a ser um paradigma para as posições que se quisesse tomar.

* Universidade Federal de São João Del Rei

¹ A série foi publicada sob o pseudônimo de Manassés na revista *Ilustração Brasileira*, entre julho de 1876 e abril de 1878. Cf. Machado de Assis, *História de quinze dias*. São Paulo: Globo, 1997, pp. 14-15.

² O comentário adquire mais força neste sentido quando se vê que, em crônicas dos dias 01/09/1876 e 15/05/1877, Machado de Assis não só faz mais referências a companhias vindas da Itália através de Buenos Aires, como também se mostra em dia com o noticiário dos jornais daquele país.

³ Crônica de 25 de março de 1894, em M. de Assis, *A Semana I*. São Paulo: Globo, 1997, p. 114.

⁴ Apud: Fernando Devoto e Boris Fausto, *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004, pp. 150-155.

⁵ Roberto C. Conde, “O crescimento da economia Argentina, c. 1870-1914”, em Leslie Bethell (org.), *História da América Latina: de 1870 a 1930, volume V*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Alexandre de Gusmão, 2002; Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

⁶ Paula Alonso, “En la primavera de la Historia: el discurso político del roquismo de la década del ochenta a través de su prensa”, *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, 15, 1997: 35-70; José Luis Romero, *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002, pp. 113-126; Ezequiel Gallo, “A Argentina: sociedade e política, 1880-1916”, em Leslie Bethell, op. cit., pp. 509-542.

⁷ S. Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Universidade Estadual e Campinas, 2001; Eugenia Scarzanella, *Ni gringos, ni indios: inmigración, criminalidad y racismo en la Argentina (1890-1940)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, Editorial, 2003.

⁸ M. de Assis, crônica de primeiro de maio de 1876, em *História de quinze dias*, op. cit., p. 97, e crônica de 15 de dezembro de 1876, em *História de quinze dias*, op. cit., pp. 59-60.

⁹ Machado deve se referir à batalha de 17 de setembro de 1861 em que Mitre derrotou Justo José de Urquiza, assumindo a presidência da Confederação Argentina e chamando eleições gerais. Em 1862 Mitre foi eleito presidente da República, o que colocou fim à Confederação.

¹⁰ Referência ao apoio do Império a Urquiza contra Rosas em 1851-52.

¹¹ M. de Assis, *Balas de estalo e crítica*. São Paulo: Globo, 1997, pp. 179-180. Crônica de maio de 1888 na *Gazeta de Notícias*.

¹² Leônicio Correia, “A intelectualidade na Argentina e no Brasil”, *Kósmos*, V (3), abril de 1908.

¹³ Artigo de oito de agosto de 1899, em Rui Barbosa, *Obras completas de Rui Barbosa. Vol. XXVI, tomo VI*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965, p. 198. Barbosa volta a tratar da superioridade argentina em artigo de 11 do mesmo mês (pp. 213-218), por ter atacado a escravidão muito antes do que o Brasil: em 1813 a Argentina proibiu o tráfico e declarou livres os nascidos de escravos a partir daquela data, e em 1860 aboliu por completo o cativo.

¹⁴ Artigo de 10 de agosto de 1899, em R. Barbosa, op. cit., p. 211. Ao mencionar “que não é astronômica”, o autor se referia ao debate sobre a exatidão da figuração da constelação do Cruzeiro do Sul na bandeira brasileira; com “nem filosófica, nem erudita”, ele ironiza o debate sobre a divisa “Ordem e Progresso”, que suscitou repulsa por sinalizar num símbolo nacional a adoção da doutrina política de um partido, o positivista. Sobre a discussão em torno da bandeira brasileira, ver: José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 109-128.

¹⁵ Artigo de 19 de maio de 1899, em R. Barbosa, *Obras completas de Rui Barbosa. Vol. XXVI, tomo V*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1965, p. 68.

¹⁶ “O convento”, *Gazeta da Tarde*, 21/07/1911, em Beatriz Resende e Rachel Valença (org.), *Toda crônica: Lima Barreto. Volume I*. Rio de Janeiro: Agir, 2004, p. 99.

¹⁷ “A volta”, *Correio da Noite*, 26/01/1915, em B. Resende e R. Valença, *Toda crônica: Lima Barreto. Volume I*, op. cit., p. 166.

¹⁸ Tomás Lopes, “Buenos Aires”, *Kósmos*, V (3), março de 1908.

¹⁹ T. Lopes, “Buenos Aires”, *Kósmos*, V (4), abril de 1908, V (5), maio de 1908, V (6), junho de 1908, V (7), julho de 1908, V (8), agosto de 1908.

²⁰ Antônio Torres, *Pasquinadas cariocas*. Rio de Janeiro: Castilho, 1921, p. 27.